



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude - CAOIJ**

**Ofício circular nº 13/2021 – CAO-IJ**

**Recife, 04 de outubro de 2021.**

**Excelentíssimos Senhores Promotores**

Cumprimentando-os, informamos a V. Exa que, à luz da Lei 13.431/2017, e respectivo Decreto Federal nº 9.603/18, foi instituído, no âmbito do Conselho Estadual Criança e Adolescente – CEDCA, o Comitê Gestor da Rede de Cuidado e Proteção social de Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, que tem a finalidade de articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede de proteção.

Assim, no âmbito municipal, pelo presente, solicitamos os préstimos no sentido verificar junto ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente a existência ou processo de implantação do Comitê gestor da rede de cuidado e proteção social de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

E, como linha de atuação, sugerimos a instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar o processo de elaboração, aprovação e/ou monitoramento, de forma continuada, da política pública municipal de prevenção e atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, cujo art. 16 da Lei 13.431/17 prevê articulação do poder público para criação de programas, serviços ou equipamentos que proporcionem atendimento integral e interinstitucional à criança e adolescente vítimas ou testemunha de violência.

Na oportunidade, solicitamos os préstimos no sentido de requisitar, junto ao Conselho Tutelar local, resposta ao questionário junto ao formulário <https://forms.gle/faLHDLUkxn4AB7Ke8>, sendo de grande valia na construção da política estadual de apoio.

Atenciosamente,

**Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda**  
Promotor de Justiça  
Coordenador do CAOIJ-MPPE